

ALFABETIZAÇÃO X LETRAMENTO DE SURDOS NO ENSINO REGULAR: REVISÃO DE LITERATURA

LEARNING TO READ AND WRITE X LITERACY OF DEAF IN REGULAR EDUCATION: LITERATURE REVIEW

*Gislene M. Alves Pereira*¹
*Bárbara Ferreira Carvalho*²
*Wellington Danilo Soares*³
*Raquel Schwenck de Mello Vianna*⁴
*Leonardo Augusto Couto Finelli*⁵

RESUMO

O presente trabalho objetivou refletir, a partir de uma revisão de literatura, o processo de alfabetização X letramento dos alunos surdos na rede regular de ensino, segundo as orientações legais pertinentes à Educação Inclusiva Brasileira. A metodologia utilizada foi uma extensa revisão de literatura nas principais bases de dados indexados, como *Scielo*, *Google Acadêmico* e bibliotecas de universidades públicas. A pesquisa se pautou nas seguintes palavras-chave: surdos; alfabetização; letramento; ensino regular. Foram encontrados 88 materiais entre artigos, resumos em congressos, livros, leis e decretos. Após uma triagem foram utilizados 43, todos referenciados ao final do trabalho. Foi possível depreender que embora as políticas educacionais voltadas à inclusão tenham os aparatos legais para a inclusão do aluno surdo no ensino regular, o que se observa, é que o sucesso desta prática não parte somente do governo ou da gerência escolar, mas principalmente do professor/ educador que lida diretamente na constante evolução do aluno surdo junto aos alunos ouvintes e que os próprios agentes educacionais não utilizam do letramento para com os alunos surdos, e sim, ainda a alfabetização, sendo esta, comprovada como incoerente ao processo de ensino ao aluno surdo.

Palavras-Chave: Surdos. Alfabetização. Letramento. Ensino regular.

ABSTRACT

This study aimed to reflect, from a review of literature of learning to read and write X literacy process of deaf students in the regular school system, according to the relevant legal guidance to the Brazilian Inclusive Education. The methodology used was an extensive literature review on the main indexed databases, as *Scielo*, *Google Scholar* and public universities libraries. The research was based on the following key words: deaf; learning to read and write; literacy; regular education. Found 88 materials including articles, abstracts at conferences, books, laws and decrees. After screening 43 were used, all referenced at the end of work. It was possible to conclude that while the educational policies aimed at inclusion have the legal apparatus for the inclusion of deaf students in regular schools, what is observed is that the success of this practice is not part only the government or the school management, but mainly the teacher/educator who deals directly in the constant evolution of the deaf student with the hearing students and their own educational agents do not use the literacy towards deaf students, but also literacy, which is proven as inconsistent to the teaching process to student deaf.

Keywords: Deaf. Learning to read and write. Literacy. Regular education.

¹ Graduada em Pedagogia (UFVJM).

² Doutora em Psicologia (UFSCar), Mestre em Educação Especial (UFSCar), Graduada em Psicologia (UFSJ). Professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus Diamantina.

³ Doutor em Ciências da Saúde (UNIMONTES). Professor das Faculdades Integradas do Norte de Minas – Funorte.

⁴ Doutoranda em Educação pela Universidad Católica de Santa Fé – UCSF – Argentina. Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, Campus Diamantina.

⁵ Doutor em Ciências da Educação (UEP), Mestre em Psicologia (USF), Graduado em Psicologia (UFMG), Graduado em Pedagogia (FETAC), Professor adjunto das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE, E-mail: <finellipsi@gmail.com>.

INTRODUÇÃO

Ancora-se neste estudo, sobre a educação de alunos surdos, não apenas voltando o olhar ao conceito de inserção deste aluno na rede de ensino regular, mas analisando além, partindo de um estudo da codificação e decodificação sobre o conceito de alfabetização e letramento, da fina relação entre ensino e aprendizagem das línguas (portuguesa e LIBRAS), que aluno surdo em classe de ensino regular possui como reconhecimento a escrita não somente como um código, mas como uma forma de comunicação e expressão textual. Não existe uma única identidade no decorrer da existência do indivíduo, uma vez que ele está inserido em uma sociedade em constante transformação, possibilitando diversas formas de identidade (GODOI; SANTOS; SILVA, 2013).

Faz-se necessário a devida atenção aos novos estudos, e novas capacitações dos agentes envolvidos no processo de educação do ensino regular para com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) uma vez que as dificuldades de comunicação entre professores, alunos surdos e alunos ouvintes traz um déficit para a aprendizagem dos alunos surdos e a interação deles com o restante da sala se torna mínima (GROPPO, 2011).

A inclusão dos alunos surdos na rede de ensino regular é garantida na Legislação de políticas Educacionais vigentes, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu Art. 59 (BRASIL, 1996).

A partir desta inclusão o aluno surdo se depara com a barreira comunicacional da sua língua (LIBRAS) e a aprendizagem da Língua Portuguesa no processo de construção da leitura/escrita (LACERDA, 2006). Este processo deve partir, não apenas da codificação dos sinais, mas da compreensão como um todo da alfabetização/letramento do aluno incluso na rede regular de ensino. As especificidades deste processo envolvem a escrita bem como uma intensa exploração dos parâmetros fonológicos da língua de sinais como elemento regulador e organizador da escrita.

A escola e o professor alfabetizador devem rever estas especificidades, suas concepções sobre o processo de escrita do surdo, ordenar estas as novas práticas pedagógicas que considerem a realidade bilíngue e sua relação não sonora com a escrita (BRASIL, 2004).

Como a linguagem é necessária à inclusão social, torna-se evidente que o dano causado pela surdez apresenta muito mais do que uma simples redução da capacidade de ouvir (SILVA, 2008).

Quanto à socialização do aluno surdo com os demais colegas, existe o favorecimento do isolamento do aluno surdo, pois há dificuldades encontradas na comunicação. O conhecimento dos professores referente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) auxilia para melhor aprendizagem do aluno surdo é ainda restrito, é de insatisfação quanto à falta de formação continuada para estarem em sala de aula (OLIVEIRA, 2006).

O presente trabalho objetivou refletir, a partir de uma revisão de literatura, o processo de alfabetização X letramento dos alunos surdos na rede regular de ensino, segundo as orientações legais pertinentes à Educação Inclusiva Brasileira.

O presente justifica-se partindo da necessidade de toda sociedade conhecer como está sendo tratado o processo de alfabetização X letramento do aluno surdo no contexto da educação inclusiva nas escolas regulares, trazendo um panorama geral deste processo.

METODOLOGIA

Como metodologia foi utilizada uma extensa revisão de literatura nas principais bases de dados indexados, como *Scielo*, *Google Acadêmico* e bibliotecas de universidades públicas. A pesquisa se pautou nas seguintes palavras-chave: surdos; alfabetização; letramento; ensino regular. Foram encontrados 88 materiais entre artigos, resumos em congressos, livros, leis e decretos. Após uma triagem foram utilizados 43, todos referendados ao final do trabalho.

A triagem levou em consideração publicações que refletissem o processo de alfabetização X letramento do aluno surdo na rede regular e inclusiva de ensino, sendo descartadas publicações que abordassem o tema numa perspectiva educacional bilíngue.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Com a finalidade de melhor compreensão sobre os processos que ocorrem no cerne das escolas regulares inclusivas, inicia-se com a distinção entre alfabetização e letramento, uma vez que são termos geradores de dúvidas e questionamentos, muitas vezes até pelos profissionais da educação.

O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e escrita. A leitura e a escrita são habilidades que permitem ao indivíduo se inserir em nossa sociedade atual, letramento e alfabetização são dois processos que devem ser trabalhados simultaneamente na escola (SOARES, 2003).

A autora explica que esses dois conceitos apresentam diferenças fundamentais, pois estão relacionados com concepções distintas de ensino de língua. Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como práticas sociais, que privilegia a visão de língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada à concepção de escrita como sistema ordenado pelas regras gramaticais, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar (SOARES, 2003).

Lodi, Harrison e Campos (2002) definem letramento como uma prática múltipla e um processo contínuo de desenvolvimento da linguagem ocorrendo em diversos momentos e lugares.

A prática de letramento não pode ser reduzida somente ao conhecimento de um código e, tão pouco, essa prática deverá prevalecer somente nas instituições de ensino.

O letramento não se resume somente à prática da escrita propriamente dita, na escola muitos textos são desvinculados do contexto social, limitando-se somente ao conhecimento gramatical. As autoras explicam que “ser letrado é participar ativamente de práticas discursivas letradas (orais e escritas) a partir dos diversos materiais de circulação social propiciados pelas agências de letramento.” (LODI; HARRISON; CAMPOS, 2002, p. 36).

Para os autores, o mundo letrado faz parte da sociedade em geral, incluindo a família, igreja e demais ambientes sociais frequentados pelo indivíduo. Ser letrado é entender a função social que a escrita possui sua função e finalidade.

Para Ribeiro (2003), a alfabetização exprime-se como o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita.

Observa-se que a alfabetização vem como consequência do letramento, entretanto impossível que haja sucesso na educação sem que ambos estejam mutuamente iguais.

Um ponto importante para letrar, diz Soares (2006), é saber que há distinção entre alfabetização e letramento, entre aprender o código e ter a habilidade de usá-lo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, (2001) o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, se expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

EDUCAÇÃO DE SURDOS

Gonçalves e Santos (2012) explicitam em suas escritas que somente no século XVIII e início do XIX que os alunos surdos passaram a ter direito ao ensino escolar e ao registro das primeiras metodologias adotadas pelos alfabetizadores. No final do século XVIII e início do XIX, com o avanço do método oral ou oralismo os surdos passaram por grandes sanções educar crianças surdas passa a se relacionar à correção, reabilitação, com a imposição do oralismo como método oficial.

Segundo os autores foi em 1960 e início de 1970 que apareceu uma nova concepção de educar surdos em substituição ao oralismo puro, a Comunicação Total. O que difere esta das outras abordagens educacionais é que a Comunicação Total defende a utilização de qualquer recurso linguístico, seja a língua de sinais, a linguagem oral ou códigos manuais, para propiciar a comunicação com as pessoas com surdez (CICCONE, 1990).

Dessa forma a Comunicação Total acredita que o aprendizado da língua oral não assegura o pleno desenvolvimento da criança surda.

Ciccone (1990), explica que a Comunicação Total (CT) concebe o surdo de forma diferente dos oralistas. Para o autor, a pessoa surda passa a ser não apenas alguém que tem uma patologia, mas como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa.

Embora a CT tenha sido um importante passo na educação de surdos, não trouxe os benefícios esperados no âmbito do desempenho acadêmico das crianças com surdez no que se refere ao seu processo de escolarização (leitura e escrita) (POKER, 2001).

Em virtude deste insucesso educacional, nos anos seguintes do século XX surge a proposta de outra abordagem educacional para os surdos, o bilinguismo. O parecer bilíngue está de acordo com a Declaração de Salamanca, documento internacional que trata sobre o tema, e aponta a Língua de Sinais como primeira língua – L1 – dos surdos, e como segunda língua – L2 – aquela que é a oficial do país, no caso do Brasil, a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita (DE SALAMANCA, 1994).

Nesta perspectiva, o Decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/02 expõe sobre o bilinguismo e a viabilização de escolas bilíngues para surdos e ouvintes em seu capítulo IV onde trata do uso e da difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação (BRASIL, 2002; 2005).

A Língua de Sinais sozinha não resolve e não caracteriza a proposta bilíngue, de igual forma ocorre com a Língua Portuguesa apenas. Ambas se completam.

Moura (2008, p. 3) esclarece que:

Ante ao bilinguismo, o surdo utiliza a LIBRAS em todas as situações, assim como a criança ouvinte utiliza a Língua Portuguesa na modalidade oral. Para os surdos, o português é ensinado de forma sistemática na modalidade escrita, desempenhando o papel de segunda língua.

A criança surda é colocada em contato com a escrita da Língua Portuguesa para ser alfabetizada seguindo os mesmos passos e materiais utilizados nas escolas com as crianças não surdas. Várias tentativas de alfabetizar a criança surda por meio do ensino da Língua Portuguesa já foram realizadas, desde a utilização de métodos artificiais de estruturação de linguagem até o uso do português sinalizado (QUADROS; SCHMIEDT, 2006).

Gonçalves e Santos (2012) falam sobre a alfabetização da criança surda, e esclarecem que a escola é um dos lugares privilegiados para a emancipação humana, contudo, nem todas as crianças possuem esse direito garantido.

Karnopp (2010) descreve que o status linguístico da língua de sinais é inferiorizada no contexto escolar, a autora argumenta que a leitura e a escrita de surdos são frequentemente

estigmatizadas e suas produções textuais são consideradas “erradas” conforme estabelece o português-padrão.

Uma abordagem em torno da língua de sinais está impressa na Declaração de Salamanca (1994, p. 8) que garante que:

- cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
- os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
- as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

Nesta perspectiva adentram-se as questões do bilinguismo, onde se faz necessário que os profissionais da educação que trabalham com surdos precisam gostar do que fazem.

Gonçalves e Santos (2012) abordam que os profissionais da educação, estando trabalhando com a educação inclusiva dos alunos surdos precisam, a partir de seu trabalho, de mudar esses alunos em uma comunidade realmente de surdos, no intuito de fazer com que eles se valorizem, levando assim a cada aluno o orgulho da própria cultura, e somente assim estes profissionais estariam proporcionando a inclusão do aluno na escola e na coletividade social do convívio em comunidade.

Pereira (2008, p. 22) aponta que numa educação bilíngue “a Língua Portuguesa é considerada a segunda língua dos alunos surdos, o que significa que seu aprendizado vai se basear nas habilidades linguísticas adquiridas na Língua Brasileira de Sinais” e ainda completa explicitando que se a criança surda não for exposta à língua de sinais desde seus primeiros anos de vida sofrerá várias consequências.

Explica Brito (1993) que o surdo perde a oportunidade de usar a linguagem, senão o mais importante, pelo menos uma das principais ferramentas para o recurso de tarefas que se lhe proporcionam no adiantamento da ação inteligente.

Quadros (2011) afirma que a busca de metodologias que auxilie na efetivação da Língua de Sinais, os profissionais buscam identificar o nível de desenvolvimento linguístico nos sujeitos surdos e contribuem para adotar padrões linguísticos alterados e eleger as táticas acomodadas para a estimulação e a ampliação da língua.

Quadros (2012, p. 4) afirma ainda que no campo das produções acadêmicas existem trabalhos que envolvem diferentes áreas da Linguística. No entanto, há uma produção intensa em pesquisas envolvendo a aquisição da linguagem, no campo da psicolinguística. Isso se dá, em função da necessidade de responder aos problemas identificados no desenvolvimento da criança surda.

A relação entre oralidade e escrita não é direta não basta assim, falar bem para escrever bem (SANTANA, 2007). O letramento, para o aluno surdo vem como consequência da alfabetização, discutir isso implica considerar as práticas de leitura e de escrita dos surdos (SCHELP, 2009). Para Rojo (1998) são as práticas presentes no cotidiano da criança que lhe permitirão fazer recortes e estabelecer interpretações que serão por ela usados enquanto sujeito letrado.

As propostas educacionais direcionadas para o sujeito surdo têm como objetivo proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades evidente a importância da educação bilíngue para a aprendizagem da criança surda, sendo fundamental, para isso, que as atividades realizadas sejam adaptadas conforme suas necessidades (KUBASKI; MORAES, 2009).

Ensinar a Língua Portuguesa como Segunda Língua na modalidade escrita permite atender às inclinações naturais do surdo e valorizar seu conhecimento de mundo, cultivado culturalmente no uso da LIBRAS (SALIÉS, 2010).

A língua de sinais torna-se imprescindível para esse processo de aprendizagem, bem como a língua portuguesa, visto que, a primeira, servirá de mediadora para a segunda (KUBASKI; MORAES, 2009).

As práticas pedagógicas que permitam ao surdo o acesso a uma língua natural (LIBRAS) assim como ao português como segunda língua, em práticas bilíngues, é uma forma de abriremos as portas para outro modo de ser, sentir e existir em um mundo dominado por práticas culturais que se constituem no uso da linguagem (SALIÉS, 2010).

Quadros (2000, p. 54) afirma “quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil”.

Peixoto (2006, p. 206) ressalta que “reconhecer, portanto, a condição bilíngue do surdo implica aceitar que ele transita entre essas duas línguas e, mais do que isso, que ele se constitui e se forma a partir delas”.

Segundo o Plano Nacional da Educação PNE (2014) é meta e estratégia da educação prioriza o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

Mais adiante, no mesmo documento (PNE, 2014, p. 55) encontra-se nos anexos da legislação:

Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos(as) alunos(as) surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de

dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do sistema braile de leitura para cegos e surdos-cegos.

ALFABETIZAÇÃO X LETRAMENTO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR

As diferentes metodologias utilizadas na trajetória escolar histórica dos surdos, não têm conseguido prepará-los para ingressar na sociedade letrada (BALDO; IACONO, 2009).

Pereira (2009) esclarece que a alfabetização e o letramento são extremamente importantes e que os profissionais da educação devem se preparar melhor para dar ao máximo levando aos próprios surdos a superação dos desafios e se tornando importante na nossa sociedade.

Neste sentido, Oliveira (2006, p. 79-80) destaca que existe um movimento intenso de transformação da escola e de suas práticas pedagógicas, com o objetivo de atender adequadamente a toda diversidade presente e, entre a diversidade, também a deficiência, a qual exigirá, sem dúvida alguma, processos diferenciados de ensino para que se possa garantir a aprendizagem efetiva dos conteúdos curriculares por alunos com deficiência: “Falar em uma educação inclusiva é, exatamente, tocar nesses aspectos nevrálgicos da organização, estrutura e funcionamento de todo o sistema educacional”.

A inclusão do aluno surdo na rede educacional do ensino regular é necessária em uma perspectiva legal. Na visão de Dias (2006) deve-se haver uma interação entre comunidade e movimentos linguísticos.

Dias (2006, p. 39) conclui que:

As reivindicações da comunidade para que o ensino em Língua Brasileira de Sinais seja ministrada em escolas especiais, em classes especiais, em unidades especiais ou, ainda, em classes comuns com intérpretes, em razão de sua especificidade cultural e linguística, devem ser vistas como propostas emergentes do movimento de inclusão, resultantes da busca de uma escolaridade com maior qualidade para os alunos surdos.

Pereira (2008, p. 22) aponta que a Língua Brasileira de Sinais tem, para as pessoas surdas, a própria função que a Língua Portuguesa, sendo ela que vai possibilitar “às crianças surdas abordarem os objetivos propostos pela escola, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita”.

A mesma autora ainda esclarece que a escolarização da criança surda foi se adaptando e reorganizando conforme o tempo em função dos avanços e mudanças que só melhoraram a escolarização dos deficientes.

A Língua Brasileira de Sinais é a “principal porta de acesso do aluno surdo na sociedade, é ela quem irá fazer com que ele comece a ver e entender o mundo e o que se passa nele, assim podendo ter uma vida normal como a de pessoas ouvintes” (PEREIRA, 2009, p. 9).

Novos trabalhos acadêmicos e novas pesquisas que corroboram sobre o tema têm trazido à tona discussões sobre o assunto. Juntamente a elas, as reflexões se tornam mais amplas em outras áreas da deficiência, como a visual, a de locomoção, o autismo, a síndrome de *Down* entre outras.

Uma pesquisa de campo publicada em 2013, de Costa e Gabriel cujo tema aborda sobre alfabetização e letramento no ensino regular, pela Gestão Contemporânea Vila Velha: Arte e LIBRAS na educação de surdos aponta para um trabalho pedagógico realizado com atividades artísticas, LIBRAS e língua portuguesa, no processo de alfabetização de alunos surdos. As observações e intervenções ocorreram em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Vitória, ES, onde comprovaram através da prática de campo que o processo criativo está implícito em todos os saberes e fazeres humanos, independente da idade e escolaridade (COSTA; GABRIEL, 2013).

Em 2013, foi publicada uma pesquisa realizada pelos membros do Núcleo de Estudos em Linguística Aplicada – NELA/UFSC, que realizaram um estudo voltado às práticas e eventos de letramento na vivência de professoras alfabetizadoras (EUZÉBIO; RAZZATTI, 2013).

Chama a atenção o fato de que, apesar do estudo não ser necessariamente voltado a pessoas com surdez, elas abordam a importância da alfabetização e do letramento para os professores que podem se deparar com um aluno surdo ao longo da trajetória escolar e curricular.

O estudo foi realizado durante dois meses com professores alfabetizadores. Observou-se a abordagem qualitativa de implicações etnográficas que visavam responder às seguintes questões: Como se caracterizam os usos sociais da escrita no cotidiano desses professores? Que práticas e eventos de letramento é possível apreender/descreverem sua vida cotidiana e em seu trabalho?

As pesquisadoras concluem que as alfabetizadoras se pautam em concepções sobre a modalidade escrita da língua e suas finalidades sociais, concepções que remetem ao modelo autônomo de letramento tanto quanto remetem à prevalência dos letramentos dominantes.

Para Muniz e Oliveira (2012) no caso dos surdos, as condições linguísticas e culturais particulares desse grupo geram tensões que se refletem tanto na percepção do funcionamento de seu processo inicial de aquisição da escrita, quanto no que concerne à compreensão das relações culturais que estabelecem com a cultura ouvinte, e, por conseguinte, com a cultura letrada em segunda língua.

Muniz e Oliveira (2012) realizaram pesquisa sobre o letramento de surdos investigando a aquisição da escrita em língua portuguesa como L2 e seus desdobramentos no desenvolvimento das competências de leitura e produção de textos em contextos bilíngues. As autoras apontam (*idem*, p. 2) que na concepção tradicional de alfabetização, o ensino balizava-se à codificação e à decodificação de letras, sem muita apreensão com o sentido do texto no interno de práticas sociais advindas de distintos grupos socioculturais.

Concluem, evidenciando que é preciso criar práticas sociais significativas entre linguagem, cultura e sociedade, partindo das habilidades interativas e cognitivas já adquiridas em LIBRAS. Para elas esta prática leva o aluno surdo à possibilidade de acesso, quando já universitário, aos conhecimentos científicos que circulam em textos escritos.

Possivelmente a língua escrita nunca tenha estado tão presente e nunca tenha sido tão importante na vida dos sujeitos.

Rizzatti (2012) afirma que, alfabetizadores formados por cursos de Pedagogia e Letras da modernidade, segundo hipótese que carece de testagem em diferentes regiões dos países, tendem a não dominar suficientemente construtos teóricos que lhes facultem uma ação didática-metodológica consequente no ato de alfabetizar.

O fenômeno do letramento tal quais os estudos seminais já mencionados nos levam a compreendê-lo, trata-se de um conceito essencial na ocorrência com a alfabetização e que não se sobrepõe a ela; ao contrário, que é continente e a tem como um de seus conteúdos. Isso porque letramento seria um fenômeno iluminador da natureza desse processo, que necessariamente é concebido em um entorno sociocultural ou em outro (RIZZATTI, 2012).

Importante se faz citar estes estudos acadêmicos, pois voltam seus objetivos para o senso comum da inserção escolar frente ao modelo de escola, e a isto incluem os pressupostos da língua falada e da língua escrita como sendo a matriz do desenvolvimento desde a infância até a vida adulta no contexto acadêmico.

As pesquisas e estudos buscam enfatizar sobre a importância em saber discernir a alfabetização do letramento na idade escolar.

Não somente nos arremete à alfabetização e letramento do aluno surdo mas também aos professores, educadores que irão se deparar em algum momento com alunos especiais.

Interessante notar que, através dos estudos dos autores acima, é possível identificar a preocupação para com a preparação pedagógica do profissional que irá receber o aluno surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível depreender que as escolas e os profissionais da educação, estão, de acordo com a literatura, cada dia mais voltados para a inserção do aluno surdo na rede regular da educação no Brasil. As políticas públicas educacionais estão sendo cada vez mais mobilizadas em prol da capacitação dos profissionais, a fim de dar sustentabilidade à inclusão do aluno surdo no processo de alfabetização e letramento.

O presente trabalho objetivou refletir, a partir de uma revisão de literatura, o processo de alfabetização X letramento dos alunos surdos na rede regular de ensino, segundo as orientações legais pertinentes à Educação Inclusiva Brasileira.

Embora as políticas educacionais voltadas à inclusão tenham os aparatos legais para que ocorra com frequência a prática do ensino da língua de sinais voltados para a eficiência da alfabetização e do letramento, o que se observa, é que o sucesso desta prática não parte somente do governo ou da gerência escolar, mas principalmente do professor/ educador que lida diretamente na constante evolução do aluno surdo junto aos alunos ouvintes, e que os próprios agentes educacionais não utilizam do letramento para com os alunos surdos, e sim, ainda a alfabetização, sendo esta, comprovada como incoerente ao processo de ensino ao aluno surdo. Deve partir também do aluno ouvinte, a vontade de aprender a língua de sinais para que assim, a barreira da comunicação seja derrubada, não havendo margens para a exclusão.

A LIBRAS diminuiu a distância entre professores e alunos surdos, a comunicação fica mais acessível, mas os professores precisam ainda aprofundar no assunto, pesquisando, participando de cursos de formação continuada, muitas vezes oferecidos pelas próprias instituições em que trabalham, tendo intérpretes para melhor atingir o objetivo da educação que é o aprendizado do aluno. Observa-se, neste momento, a importância e a necessidade da capacitação pedagógica dos profissionais nos diversos segmentos da comunidade escolar.

Dessa forma, fica claro que a especialização do profissional, para que a educação tenha um resultado esperado por todos, seja diferenciada diante da atuação e da formação versada na intenção de praticar a cidadania, dando a oportunidade ao aluno surdo de desenvolver o conhecimento para lutar por uma vida digna e melhor.

Evidencia-se a crescente legislação que garante a inserção da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como língua mãe, sendo a primeira e vinda como segunda língua a língua Portuguesa escrita. Uma das principais preocupações do educador deve ser o letramento social do indivíduo surdo, pois é através da compreensão das palavras que o aluno poderá se expressar melhor e ainda vivenciar situações comunicativas em sala que certamente o ajudará a (re)vivenciar situações comunicativas fora dela.

Esta relação entre alfabetização e letramento é um canal ainda mais profundo quando se trata de alunos surdos, pois deveras que um conceito complete o outro, entretanto ensinar as letras, montagens de frases é apenas a parte teórica, sendo que o letramento é o resultado dessa compreensão técnica provado no instante em que o aluno surdo passa a produzir seus próprios textos e trabalhos de forma interativa. Há de fato o cuidado entre o que de fato foi aplicado e o que de fato foi absorvido.

A fina malha entre a alfabetização e o letramento vem de encontro com as proposta da inclusão bilíngue no ensino regular.

Por fim, conclui-se que compreender o cotidiano das práticas escolares, seja dentro da sala de aula ou em outros espaços da escola, tais como bibliotecas, auditórios, pátios etc., significa, pois, considerar a construção e a reconstrução de processos socialmente determinados, como o processo identitário.

REFERÊNCIAS

- BALDO, C. F.; IACONO, J. P. **Letramento para alunos surdos através de textos sociais**. Artigo Final elaborado como parte dos requisitos necessários à conclusão do PDE - Programa de Desenvolvimento da Educação. 2008/2009.
- BRASIL, M. E. C.; DE DIRETRIZES, Lei. **Bases da Educação—LDB 9.394/96**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1997.
- _____. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Brasília: Presidência da Republica, Casa Civil, 2002.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SALLES, H. M. M. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. MEC/SEESP, 2004.
- _____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: Presidência da Republica, Casa Civil, 2005.
- _____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica- Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.
- DE SALAMANCA, **Declaração**. linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.
- BRITO, L. F. **Integração Social e Educação dos Surdos**. Rio de Janeiro/RJ: Babel, 1993.
- CICCONE, M. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.
- DIAS, T. R. Educação de surdos na escola publica e bilinguismo. V Congresso Internacional do Ines e XI Seminário Nacional do Ines. Surdez: família, linguagem, educação. **Anais do...** Rio de Janeiro: INES, 2006.
- EUZÉBIO, M. D.; RIZZATTI, M. E. C. Usos sociais da escrita: um estudo Sobre práticas e eventos de letramento na vivência de professoras Alfabetizadoras. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 13-34, jan./abr. 2013.
- GROPPO, D. P. Intérprete de LIBRAS e alunos surdos: comunicação em sala de aula. **Revista eletrônica**, 4. ed. 2011.

GODOI, P.; SANTOS, M. F.; SILVA, V. F. **Língua Brasileira de Sinais no Contexto Bilíngue**. 2013. 38 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização) – Faculdades Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas (FACCAT). Tupã, 2013.

GONÇALVES, A. M.; SANTOS, A. L. P. dos. Alfabetização da criança surda: concepções e identidades. **Espaço do currículo**, v. 5, n. 1, p. 226-238, jun./dez. 2012.

GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

KARNOPP, L. B. Práticas de leitura e escrita em escolas de surdos. In: FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Meditação, 2010.

KUBASKI, C.; MORAES, V. P. O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 05 a 07 novembro de 2013. **Anais do...** Londrina, 2013.

LACERDA, C. B. F. A Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e interpretes sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, mai./ago. 2006.

LODI, A. C. B., HARRISOON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In: LODI, A. C. *et al.* (Org.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MOURA, R. D. **O uso da LIBRAS no ensino de leitura de Português como segunda língua para surdos**: um estudo de caso em uma perspectiva bilíngue. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2008.

MUNIZ, V. C.; OLIVEIRA, M. L. C. de. **Alfabetização, letramento e surdez: perspectivas linguísticas e culturais no ensino superior**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Ensino Superior. 2012.

OLIVEIRA, A. A. S. **Flexibilização e adequações curriculares para atendimento as necessidades educacionais especiais**. Universidade do Estado de Mato Grosso/ CEACD/ Sinop. Unemat, 2006.

OLIVEIRA, E. A Lei 10.639/2003 e a Escola de Educação Especial: um desafio a mais para a formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 85-95, jan./mar. 2013.

OLIVEIRA, M. G. de. Interação, utopia e a construção de uma escola inclusiva. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 571-591, 2014.

PEIXOTO, R. C. Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e a Língua portuguesa na construção inicial da escrita pela Criança surda. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, mai./ago. 2006.

PEREIRA, M. C. da C.(org) *Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental*. São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2008.

- PEREIRA, S. R. **Os processos de alfabetização e letramento em LIBRAS: um percurso semiótico**. Faculdades Integradas FAFIBE, Bebedouro – São Paulo, 2009.
- POKER, R. B. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta de intervenção educacional**. 2002. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2001.
- QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. Estudos de línguas de sinais: uma entrevista com Ronice Müller de Quadros. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012.
- QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- RIZZATTI, M. E. C. Letramento: uma discussão sobre implicações de fronteiras conceituais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 291-305, jan./mar. 2012.
- RIBEIRO, V. M. (Org.) **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003.
- ROJO, R. H. R. O letramento na ontogênese: uma perspectiva socioconstrutivista. In: ROJO, R. H. R. (Org.). **Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- SALIÉS, T. M. G. **Como pesquisas em aquisição de L2 podem informar o ensino-aprendizagem de PL2 na comunidade surda**. Plenária proferida no encontro “Linguagem em Foco: Educação Bilíngue para Surdos” promovido pela UERJ/CAPuerj e INES, em 09 nov. 2010.
- SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.
- SCHELP, P. P. Letramento e alunos surdos: práticas pedagógicas em escola inclusiva. UNICENTRO. **Anais do IX Congresso Nacional de Educação**. PUCPR. EDUCERE. 2009.
- SILVA, L. P. **Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Mandirituba 2008.
- SOARES, M. B. As diferenças entre letramento e alfabetização. **Diário do Grande ABC**, Sexta-feira, 29 de agosto de 2003.
- _____. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. **Letramento: Um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- VIEIRA, C. R. **Educação de surdos: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola inclusiva**. 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba - Faculdade de Ciências Humanas. Piracicaba, SP, 2011.